

I — EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a edição mais recente da *Revista de Direito Administrativo*, correspondente ao volume 282, número 3, encerrando o ano de 2023. Aqui novamente reunimos uma seleção criteriosa de artigos substanciais que mergulham em tópicos cruciais e contemporâneos do campo do direito administrativo, oferecendo uma análise profunda e visões abrangentes sobre questões complexas.

Iniciando este número, os autores Edward P. Fuchs e James E. Anderson, em *The Institutionalization of Cost-Benefit Analysis* (“A institucionalização da análise de custo-benefício”), lançam um olhar crítico sobre os esforços de administrações presidenciais norte-americanas para promover análises de custo-benefício em questões complexas sujeitas às escolhas regulatórias, destacando os desafios atuais.

No artigo *The Lost World of Administrative Law* (“O mundo perdido do direito administrativo”), Daniel A. Farber e Anne Joseph O’Connell desafiam as suposições tradicionais do direito administrativo, explorando a incompatibilidade entre o sistema legal existente e a realidade atual do Estado administrativo.

Em *O processo administrativo eletrônico e sua disciplina no direito administrativo brasileiro: entre novos desafios e velhos problemas*, Patrícia Ferreira Baptista e Leonardo Silveira Antoun Netto examinam a digitalização dos processos administrativos no contexto brasileiro, destacando os desafios e problemas enfrentados nesse processo de transformação.

José Tenório Nunes Filho, em *A modalidade convencional de ajuste administrativo na Lei de Execução Penal: entidades privadas e o Estado na implementação de políticas públicas de educação em estabelecimentos prisionais*,

aborda a implementação de políticas de educação em estabelecimentos prisionais, enfatizando os ajustes administrativos.

No artigo *Comunicação de incidentes de segurança: prazo, regulatory enforcement e a competência da Autoridade Nacional de Proteção de Dados*, Sthéfano Bruno Santos Divino analisa questões relacionadas com a comunicação de incidentes de segurança de dados sob a Lei Geral de Proteção de Dados, identificando desafios e lacunas regulatórias.

Na sequência, Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Thiago Gomes do Carmo, no texto *Inovação tecnológica e o experimentalismo regulatório: desafios da “uberização da economia”*, exploram o impacto da inovação tecnológica na economia contemporânea e a necessidade de regulamentação para garantir a segurança e promover o desenvolvimento tecnológico.

No artigo *Assédio moral no serviço público: panóptico da legislação brasileira*, Mariah Brochado e Lucas Magno de Oliveira Porto abordam a questão do assédio moral no serviço público, fazendo uma análise detalhada da normativa de referência.

Para encerrar a seção de artigos, no texto *A corrupção em processos licitatórios como fator determinante da formação de cartéis: uma abordagem econômica do ordenamento jurídico no mercado de compras governamentais*, os autores Emerson Ademir Borges de Oliveira e Jorge Ferreira Lobo discutem a interligação entre a corrupção e a formação de cartéis nas compras governamentais, destacando a importância da nova lei de licitações e a necessidade premente de implementar controles eficazes.

Finalizando este número, apresentamos o voto do ministro Gilmar Mendes no âmbito de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5.549). A ação questiona a constitucionalidade de certos dispositivos da Lei nº 10.233/2001, alterados pela Lei nº 12.996/2014, relacionados com a concessão, permissão e autorização de serviços de transporte coletivo de passageiros.

Esperamos que o conteúdo apresentado enriqueça a compreensão referente às complexidades do direito administrativo e que esta edição final de 2023 seja uma valiosa contribuição para o debate prático e acadêmico.

Boa leitura!